

# Em 99, um olho no ajuste e outro na crise externa

Combate ao déficit público depende da situação financeira internacional. Inflação tenderá a zero mas deve haver recessão

**Maria Luiza Abbott**

BRASILIA. Dez entre dez economistas prevêem recessão, aumento dos índices de desemprego para taxas recordes e inflação desprezível este ano. O Governo promete fazer um ajuste fiscal que devolva a confiança de investidores externos no Brasil e que permita a volta do crescimento econômico no fim do ano. Mesmo que o presidente Fernando Henrique, consiga no segundo mandato o que não conseguiu no primeiro, reduzir o déficit público, os riscos de um aprofundamento da crise financeira internacional — e com ela novas ameaças à economia brasileira — não acabaram.

Nos cenários preparados por economistas brasileiros e estrangeiros, a incerteza é a principal característica. Ninguém se anima a bancar previsões sobre o Japão, que continua em recessão, prolongando a crise na Ásia. Ou uma desvalorização da moeda chinesa, que não é afastada por nenhum especialista. Ou ainda, uma queda na Bolsa de Nova York.

**Citibank, CNI e Governo prevêem queda do PIB**

Tudo isso afetaria o crescimento da economia mundial e as chances de recuperação dos países emergentes, como o Brasil. Sem esquecer os riscos de que o próprio Brasil não consiga fazer o ajuste fiscal e acabe detonando uma nova crise internacional.

— Num cenário positivo, sem turbulências internacionais sérias, o Governo faz o ajuste fiscal, rompe o padrão de crescimento da dívida pública e ganha tempo para esperar a volta da liquidez internacional — prevê Luiz Eduardo Assis, diretor do HSBC Bamerindus.

Mesmo no cenário positivo, a economia não escaparia de momentos difíceis em 99. Os juros altos desde a crise da Rússia e o próprio ajuste fiscal, que diminui a renda disponível internamente com aumento de impostos e cortes de gastos públicos, devem causar recessão. A previsão do Citibank é que o PIB caia 3%. Para a CNI, a queda será de 1,5% e, para o Governo, de 1%. Tudo isso mantendo o atual regime cambial, com desvalorização do real em 7,5% no ano, como prevê o entendimento com o FMI.

**Desemprego deverá atingir 10% da população ativa**

A taxa de desemprego do IBGE deve chegar a 10% da população economicamente ativa, segundo previsão unânime. Taxa inédita nos últimos 20 anos. Se o ajuste fiscal for feito e os juros caírem aos níveis de antes da moratória da Rússia, a economia poderá começar a se recuperar no segundo semestre. Não é possível um previsão segura sobre o desemprego. Mas, para o Citibank, a taxa ficará em 9,6% em 99, com recuperação mais expressiva em 2001. “Ao final de 2001, a taxa de desemprego deve retroceder ao nível de 8%”, diz o cenário econômico preparado pelo Citibank.

A inflação, entre os indicadores previstos para 99, é de onde deve sair uma boa notícia. A CNI prevê inflação zero e o Citibank diz que o fantasma da inflação está definitivamente afastado, com deflação de 1% medida pelo IPC da Fipe. Outra boa notícia pode vir da balança comercial. As previsões são de déficit muito reduzido, de US\$ 1 bilhão, como estima a CNI, ou até de superávit modesto de US\$ 536 milhões, como está no texto do Citibank. É uma recuperação surpreendente, se comparada ao déficit de cerca de US\$ 6 bilhões com que a balança comercial deve fechar 1998.

As taxas de juros devem cair com o ajuste fiscal mas ainda ficando em torno de 20% ao ano, caindo mais a partir de 2000. Com esse quadro, poucos se arriscariam a recomendar estratégia diferente da que está sendo empregada. Uma desvalorização cambial agora, segundo um opositor da política econômica de dentro do Governo, poderia trazer problemas ainda maiores. ■

A ECONOMIA DURANTE O GOVERNO FERNANDO HENRIQUE

DERRUBADA DA INFLAÇÃO É A MAIOR VITÓRIA

Lançado em meados de 1994, quando Fernando Henrique Cardoso ainda era ministro da Fazenda, o Plano Real conseguiu reduzir a inflação mensal de aproximadamente 40% para uma taxa de pouco mais de 1,5% ao mês no fim do primeiro ano. Em 98, durante vários meses, foi registrada deflação, ou seja, inflação negativa. A expectativa é que a inflação pelo INPC fique em torno de 2% ao ano em 1998. O IGP-M, da Fundação Getúlio Vargas, foi de 1,78%

Ano	Inflação (%)
1994	929,32%
1995	21,98%
1996	9,12%
1997	4,34%
1998*	2,06%

Média: 193,36%

\*Até novembro

IMPORTAÇÕES CRESCEM

Uma boa parte do sucesso alcançado com o Real deveu-se à entrada de produtos importados a preços muito mais baixos e à valorização da taxa de câmbio. Com isso, o superávit comercial (diferença entre exportações e importações) caiu de US\$ 10,4 bilhões em 1994 para um déficit que chegou a US\$ 8,3 bilhões no ano passado. Em 1998, a expectativa é de um déficit menor, mas ainda elevado: pouco mais de US\$ 6 bilhões

Ano	Saldo
1994	10.466
1995	-3.352
1996	-5.540
1997	-8.370
1998*	-6.050

Média: -2.569

\*Projeção

DERROCADADA DA INDÚSTRIA

O resultado das importações crescentes também não demorou a ser sentido na indústria brasileira. A produção industrial, medida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) sai de um crescimento acima de 7% ao ano em 1994 para uma queda de 2,3% no acumulado até outubro deste ano. Nas últimas semanas, o Governo foi surpreendido por várias críticas de industriais paulistas e lideranças sindicais reivindicando mais atenção para a produção

Ano	Produção (%)
1994	7,06%
1995	1,08%
1996	1,07%
1997	3,90%
1998*	-2,30%

Média: 2,16%

\*Até outubro

JUROS ALTOS CONTRA A CRISE

Nesse cenário, o Brasil foi apanhado, algumas vezes, pela turbulência internacional. A primeira ocorreu em dezembro de 1994, quando o Real ainda estava sendo consolidado e o México enfrentou problemas de equilíbrio das suas contas. Acabou precisando de um pacote de ajuda internacional. Mas a crise mais séria acabou vindo mesmo em outubro de 1997 com a quebra de diversas economias asiáticas, o que obrigou o Brasil, na qualidade de país emergente, a dobrar as suas taxas de juros

Ano	Juros (%)
1994	1.153,7%
1995	53,1%
1996	27,4%
1997	24,8%
1998*	25,76%

Média: 256,9%

\*Até outubro

A GANGORRA DAS RESERVAS

O aumento dos juros é feito para manter o ritmo do capital estrangeiro que ajuda a financiar as contas externas brasileiras. Assim, foi possível acumular reservas em dólares. Este ano, o país chegou a ter US\$ 70 bilhões no seu caixa. Apesar disso, não ficou a salvo de ataques dos investidores e foi preciso costurar um pacote de ajuda internacional de US\$ 41,5 bilhões com a coordenação do Fundo Monetário Internacional (FMI). Esse dinheiro ajudará a recompor as reservas brasileiras

Ano	Reservas
1994	38.806
1995	51.840
1996	60.110
1997	52.173
1998*	47.000

Média: 49.980

\*Projeção incluindo o empréstimo internacional coordenado pelo FMI

DÍVIDA QUADRÚPLICA

O aumento das reservas, no entanto, tem um impacto negativo que é o aumento da dívida pública (valor total dos títulos emitidos pelo Governo federal). Quando os dólares dos investidores chegam no país, eles são convertidos em reais e são retirados da economia através da emissão de títulos públicos que são vendidos ao mercado. Ou seja, cresce a dívida pública, que hoje é praticamente cinco vezes a do início do Plano Real

Ano	Dívida
1994	61.874
1995	108.580
1996	176.173
1997	255.510
1998*	292.729

Média: 178.973

\*Em setembro

PODER DE COMPRA EM ALTA

A estabilização econômica aumentou o poder de compra do salário mínimo. O piso salarial do país estava em R\$ 70 quando o presidente Fernando Henrique assumiu, em janeiro de 95. Foi a cem reais em maio daquele ano e começa 99 em R\$ 130, equivalentes a US\$ 108. O valor nominal quase dobrou no primeiro mandato, embora o ganho real tenha sido de, aproximadamente, 25%

Ano	Salário
1980	70
1985	70
1990	70
1995	100
1998	108

\*Até setembro

CRESCIMENTO É O MAIOR DESAFIO

Depois de baixar um programa de ajuste fiscal, o Brasil ainda enfrentará dificuldades pelos próximos meses. A situação mais crítica é a perspectiva — do próprio Governo — de que haja uma recessão no ano que vem. No programa de ajuste fiscal, consta a previsão de que o PIB poderá encolher 1% em 1999. Voltar a crescer é um dos maiores desafios do segundo mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso

Ano	PIB (%)
1990	-4,3%
1991	0,3%
1992	-0,8%
1993	4,2%
1994	5,85%
1995	4,22%
1996	2,76%
1997	0,79%
1998	3,68%
1999**	-1%

Média: 1,63%

\*Até setembro \*\*Projeção

CRUZADA CONTRA O DESEMPREGO

Outro desafio importante é estancar o crescimento da taxa de desemprego, que segundo vários consultores, pode chegar a 12% no ano que vem, na taxa medida pelo IBGE. Em 98, essa taxa já passou dos 8% e recuou apenas um pouco nos últimos meses. O número de desempregados nos seis principais centros urbanos do país — Rio, São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Salvador e Recife — é de aproximadamente 1,3 milhão

Ano	Desemprego
1994	5,06%
1995	4,64%
1996	5,42%
1997	5,66%
1998**	7,71%

Média: 5,69%

\*Percentual sobre a População Economicamente Ativa (PEA) \*\*Até novembro

INVESTIMENTO EXTERNO AUMENTA

Além do desafio do crescimento e do desemprego, é importante para o Governo manter a confiança dos investidores no país, principalmente daqueles que chegam ao Brasil para fazer investimentos diretos, nas fábricas, na produção e não apenas no mercado. Em 98, o Brasil estará registrando um recorde de mais de US\$ 24 bilhões na captação de investimentos estrangeiros diretos. Em 1994, a quantia era pífia: apenas US\$ 1,7 bilhão. Para 99, no entanto, as previsões dos analistas são de que o volume de investimentos deve cair para algo como US\$ 17 bilhões a US\$ 18 bilhões

Ano	Investimento
1994	1.738
1995	3.615
1996	9.123
1997	17.086
1998*	24.000

Média: 11.112

\*Projeção

Fonte: IBGE, Andima e Banco Central